

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO – CAMPUS JOÃO PESSOA
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA

JOSÉ VINÍCIOS LEITE SANTOS

**LEIS 12.764/2012 e 13.146/2015 (LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO): UMA
ANÁLISE DAS REPERCUSSÕES NO TRATAMENTO DAS PESSOAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(TEA)**

JOÃO PESSOA – PB

2018

JOSÉ VINÍCIOS LEITE SANTOS

**LEIS 12.764/2012 e 13.146/2015 (LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO): UMA
ANÁLISE DAS REPERCUSSÕES NO TRATAMENTO DAS PESSOAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(TEA)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Direito de João Pessoa do Centro de
Ciências Jurídicas da Universidade
Federal da Paraíba como requisito parcial
da obtenção do grau de Bacharel em
Direito.

Orientador: Prof. Ms. Filipe Mendes
Cavalcanti Leite

JOÃO PESSOA – PB

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237l Santos, Jose Vinicios Leite.

LEIS 12.764/2012 E LEI 13.146/2015 (LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO): UMA ANÁLISE DAS REPERCUSSÕES NO TRATAMENTO DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA (TEA) / Jose Vinicios Leite Santos. - João Pessoa, 2018.

50 f.

Orientação: Filipe Mendes Cavalcanti Leite Leite.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCJ.

1. Autismo, Educação inclusiva. I. Leite, Filipe Mendes Cavalcanti Leite. II. Título.

UFPB/CCJ

JOSÉ VINÍCIOS LEITE SANTOS

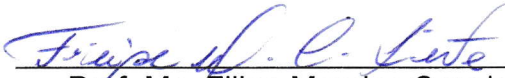
**LEIS 12.764/2012 e 13.146/2015 (LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO): UMA
ANÁLISE DAS REPERCUSSÕES NO TRATAMENTO DAS PESSOAS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(TEA)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Direito de João Pessoa do Centro de
Ciências Jurídicas da Universidade
Federal da Paraíba como requisito parcial
da obtenção do grau de Bacharel em
Direito.

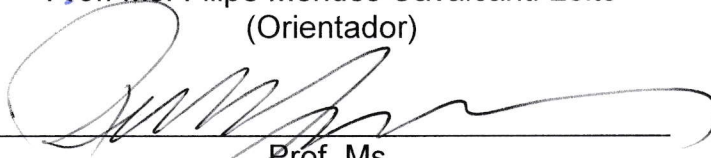
Orientador: Prof. Ms. Filipe Mendes
Cavalcanti Leite

DATA DA APROVAÇÃO: 12 DE NOVEMBRO DE 2018.

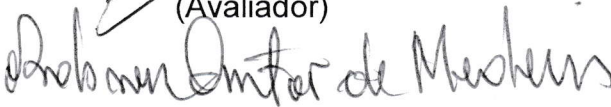
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Ms. Filipe Mendes Cavalcanti Leite
(Orientador)



Prof. Ms.
(Avaliador)



Prof. Ms.
(Avaliador)

AGRADECIMENTOS

Ao **meu avô Francisco**, que tanto sonhou em ver o seu neto neste momento, mas que pela crueldade dos anos e vicissitudes do destino não alcançou este sonho. A quem devo quase tudo que aprendi e me fez ser capaz de perceber com clareza quem foram os verdadeiros mestres da minha vida. Meu avô que mesmo passados 13 anos da nossa despedida ainda escrevo estas palavras com lágrimas nos olhos e com a convicção de que ele estaria mais feliz do que eu se aqui estivesse.

A **minha avó Maria** que tampouco teve a chance de ter um dos seus sonhos realizados, mas que contribuiu imensamente para este momento.

Ao **meu avô Pedro e a minha avó Elvira** que também são responsáveis pela minha formação.

Ao meu querido **avô Jaime** de quem herdei o gosto pela literatura, homem do sertão que sempre me incentivou e me ensinou pelo exemplo a ser sempre uma pessoa melhor.

Ao **meu tio Jaime Filho** que deveria presenciar este momento, contudo, desafortunadamente o destino não permitiu.

A **minha mãe Maria Madalena, meu pai Geovan e meus irmãos, Gizelly e George**, pelo apoio, força e compreensão em todos os momentos.

A **Lara Maria e Francisco Bento**, meus sobrinhos que prometi dedicar o meu tempo e dedicação a repassar tudo o que aprendi como queridos familiares.

A minha **tia Apolônia**, pessoa iluminada que eu jamais poderia deixar de agradecer os conselhos e as palavras de ânimo.

Ao **professor Filipe Leite**, pelo apoio e dedicação a este trabalho.

Aos meus amigos, Solon Silva, Luiz Henrique, Johelcio Marinho, Aristóteles Ferreira, Ana Chaves e Rayssa Felix. Sem vocês a caminhada teria sido muito mais difícil.

A **Ariana**, o meu sol, a minha companheira de todas as horas, a melhor ouvinte. Se existe um lugar feliz neste mundo este lugar é ao seu lado.

"No final de tudo, é com os fatos de nossa vida que respondemos às indagações que o mundo nos faz com tanta insistência. E que são estas: Quem você é?... O que queria de verdade?... O que sabia de verdade?... A quem e a quê foi fiel ou infiel?... Com quem ou com quê se mostrou corajoso ou covarde?... São essas as perguntas capitais. E cada um responde como pode, com sinceridade ou mentindo; mas isso não tem muita importância. O que importa é que no final cada um responde com a própria vida."

Sándor Márai

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar as implicações da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, também conhecida como Lei Berenice Piana, que em seu texto estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e determina instruções para sua execução. Para tal propósito, será realizada uma sucinta exploração acerca da legislação correlata, critérios de diagnóstico e possíveis implicações relacionadas ao reconhecimento da supracitada Lei. Dessa forma, o trabalho faz uma correlação entre o histórico legislativo no que se refere às pessoas com TEA, a reconhecida dificuldade de adaptação escolar, busca demonstrar a importância da garantia a uma educação inclusiva fazendo uma análise qualitativa e bibliográfica dentro do sistema jurídico brasileiro, além de uma análise jurisprudencial quanto ao cumprimento do que determina a Lei. Há duas perspectivas a serem analisadas neste trabalho: a primeira são grandes avanços e conquistas trazidas pela Lei para as pessoas com TEA; a segunda são os efeitos e possíveis dificuldades da aplicação concreta na realidade brasileira. Por fim, são discutidas as principais decisões advindas da não aplicação correta da lei e as divergências quanto a sua interpretação.

Palavras-chave: Autismo, Educação inclusiva, Pessoa com deficiência.

LISTA DE ABREVIações

ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
CF	Constituição Federal
CID	Classificação Internacional de Doenças
CONFENEN	Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DSM	<i>Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders</i>
MP	Ministério Público
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TID	Transtornos invasivos do desenvolvimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
2	TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): HISTÓRIA, DIAGNÓSTICO, MANIFESTAÇÕES E CONQUISTAS.....	10
2.1	CRITÉRIOS DE DIAGNÓSTICO PRESENTES NA LEI Nº 12.764.....	14
3	EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	16
3.1	GARANTIAS.....	17
3.2	PRINCÍPIO DA IGUALDADE.....	19
3.2.1	Igualdade de condições para pessoas com deficiência.....	20
3.3	PUNIÇÃO ADMINISTRATIVA PARA GESTOR ESCOLAR PELO CUMPRIMENTO DA LEI.....	22
3.4	ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA LEI 13.146.....	24
3.4.1	Condutas a serem desempenhadas pelo Estado.....	28
4	JURISPRUDÊNCIA.....	32
4.1	OLHAR DO JUDICIÁRIO.....	32
4.2	MATRÍCULA NO ENSINO REGULAR.....	33
4.2.1	Acolhimento de pessoas com deficiência no ensino regular (STF).....	34
4.3	DIREITO À MATRÍCULA.....	37
4.4	ACOMPANHANTE ESPECIALIZADO.....	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
	REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

Diversos avanços ocorreram nos últimos anos para se estabelecer melhores e mais eficientes critérios de diagnósticos para as pessoas com transtorno do espectro do autismo (TEA), nova nomenclatura adotada na comunidade científica, dentro da nossa realidade social em que estamos inseridos. No entanto, esse esforço é demasiado desafiador tendo em vista as grandes barreiras para se incluir estes indivíduos no sistema educacional, dando-lhes o diagnóstico, tratamento e supervisão adequados.

O presente trabalho trata das garantias legais para a efetivação de uma política de educacional inclusiva, garantia esta demonstrada na legislação constitucional e infraconstitucional e quando não suficiente, na jurisprudência.

A educação configura um direito fundamental e está prevista na Carta Magna como uma das garantias que o Poder Público deve propiciar de forma universalizada. Destarte, a Lei nº 12.764, o Estatuto da Pessoa com deficiência, segue a esteira constitucional no sentido de sedimentar e efetivamente garantir uma educação inclusiva para as pessoas com deficiência.

Nessa perspectiva, este trabalho busca demonstrar a importância da garantia a uma educação inclusiva fazendo uma análise qualitativa e bibliográfica dentro do sistema jurídico brasileiro. Outrossim, em momento oportuno, é feita uma análise jurisprudencial com uma investigação de como a questão é vista pelos Tribunais brasileiros, em especial, a Suprema Corte após a Ação Direta de Inconstitucionalidade 5357, julgada em novembro de 2015, representando um importante marco no avanço, na proteção e inclusão da pessoa com deficiência no contexto da educação inserção destes na rede de ensino regular, na comunidade e sociedade.

Um importante registro é o crescente número de decisões favoráveis nos Tribunais brasileiros no sentido de se implementar de forma efetiva a educação inclusiva para pessoas com deficiência, em destaque as pessoas com transtorno do espectro autista com fundamento na sua inserção na rede de ensino regular e, por conseguinte, na sociedade.

O presente trabalho, destarte, utiliza-se de uma análise argumentativa baseada na doutrina, comunidade científica e jurisprudência para estabelecer as

garantias e pressupostos para a construção de uma educação inclusiva para as pessoas com transtorno do espectro autista. Portanto, afastando qualquer tratamento diverso ou bloqueio ao que determina a Constituição de 1988 e a legislação específica sobre o tema.

2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): HISTÓRIA, DIAGNÓSTICO, MANIFESTAÇÕES E CONQUISTAS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do desenvolvimento caracterizado por uma tríade de sinais e sintomas que podem se expressar desde o início da infância, são eles: dificuldades de interação social, problemas de comunicação social e comportamentos repetitivos e restritos (APA, 2013).

A Etiologia do TEA é multifatorial, resultando da interação de fatores genéticos e ambientais (LYAL; SCHMIDT; HERTZ-PICCIOTTO, 2014) e, nas últimas décadas, foi observado um aumento considerável na prevalência de TEAs, atingindo 1% a 2% das crianças no mundo (CHRISTENSEN et al., 2016).

Historicamente, o conceito do TEA passou por diversas evoluções, desde o período de mistificações dos transtornos mentais infantis, associando o que hoje se conhece como autismo aos mais variados julgamentos de “loucura” e, conseqüentemente às soluções aplicadas a cada época. Foucault, em seu clássico “A História da Loucura”, lançado em 1964 e já na décima edição para o português, percorreu este fenômeno desde o Renascimento até a Modernidade, explicitando não só como a vida do homem sofreu transformações, mas também o modo como ela foi encarada pelos elementos da razão. Com o surgimento da Psiquiatria, o “louco” (com a ausência de diagnósticos precisos) ainda era visto como incapaz, não sendo dono de seu pensamento, de sua cidadania, tampouco de seu comportamento.

Ao refletirmos acerca do percurso histórico da psiquiatria da infância, o conceito de autismo infantil precoce surge enquanto um quadro diferenciado das deficiências mentais. Foi Bleuler (1911 apud LUGO; ALVIANI, 2017) quem introduziu o termo autista para se referir à auto-absorção de pessoas afetadas pela esquizofrenia que apresentavam comportamentos que atualmente são reconhecidos como tipicamente autistas. Em meados da década de 1940, Leo Kanner e Hans Asperger começaram a utilizar o termo autismo para quadros de crianças que apresentavam dificuldades na interação social, na qual a comunicação e o aprendizado do indivíduo tornam-se diferenciados (GRINKER, 2010). Kanner estabeleceu diferenciação com os diagnósticos que receberam até então, principalmente retardo mental e esquizofrenia enquanto Asperger desenvolveu o que

é conhecido como a tríade Wing: comprometimento da comunicação verbal e não verbal, deterioração da interação social e padrões restritos de comportamento, interesses e atividades, introduzindo o termo síndrome de Asperger aos casos com as características que ele havia descrito (LUGO; ALVIANI, 2017).

Até a terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, do inglês, *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM), o autismo era considerado uma manifestação da esquizofrenia na infância (APA, 1980) e na terceira edição revisada, ampliou-se o espectro das síndromes, estabelecendo três grupos de critérios diagnósticos como os propostos por Wing (APA, 1987). Na quarta edição, ocorreram mudanças consideráveis, com a definição de cinco grupos principais dentro do espectro do autismo, sendo eles: "Transtorno Autista", "Síndrome de Rett", "Transtorno Desintegrativo da Infância", "Síndrome de Asperger" e "Desordem Generalizada do Desenvolvimento Não Especificada" (APA, 1994). Todavia, esta classificação foi eliminada na última versão do Manual, o DSM-V, estabelecendo um conceito geral de "Transtornos do Espectro do Autismo", o TEA, em que ocorrem diferentes níveis de gravidade com base, principalmente, no nível intelectual e no desenvolvimento da linguagem do indivíduo. Dessa forma, dois dos critérios da tríade Wing (déficits de comunicação e interação social) são unificados em um, mantendo intacto o critério de interesses restritos (APA, 2013).

Os dois grandes critérios diagnósticos para o TEA segundo o DSM-V, são: 1) Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos e 2) Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. O primeiro critério, pode manifestar-se segundo os exemplos que seguem:

- Déficits na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, e dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais;
- Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual e linguagem

corporal, ou déficits na compreensão e uso gestos a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal e

- Défis para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas, ou em fazer amigos a ausência de interesse por pares (APA, 2013).

Já o segundo critério, que apresenta os padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, pode se manifestar por pelo menos dois dos seguintes sintomas:

- Movimentos motores, uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos (por exemplo, estereotipias motoras simples, alinhar brinquedos ou girar objetos, ecolalia, frases idiossincráticas);
- Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (como sofrimento extremo em relação a pequenas mudanças, dificuldades com transições, padrões rígidos de pensamento, rituais de saudação, necessidade de fazer o mesmo caminho ou ingerir os mesmos alimentos diariamente);
- Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco (por exemplo, forte apego a ou preocupação com objetos incomuns, interesses excessivamente circunscritos ou perseverativos) e
- Hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente (como indiferença aparente a dor/temperatura, reação contrária a sons ou texturas específicas, cheirar ou tocar objetos de forma excessiva, fascinação visual por luzes ou movimento) (APA, 2013).

Ainda segundo o DSM-V, quanto à severidade do quadro, os dois grandes critérios diagnósticos são, cada um, subdivididos em 3 níveis de gravidade (Nível 1 - necessita suporte; Nível 2 - necessita de suporte substancial; Nível 3 - necessita de suporte muito substancial).

Em relação à interação/comunicação social, o Nível 1 apresenta dificuldade em iniciar interações sociais, respostas atípicas ou não sucedidas para abertura social; interesse diminuído nas interações sociais; falência na conversação; tentativas de fazer amigos de forma estranha e mal-sucedida, já o Nível 2 apresenta déficits marcados na conversação; prejuízos aparentes mesmo com suporte; iniciação limitadas nas interações sociais e resposta anormal/reduzida a aberturas sociais, o Nível 3, apresenta prejuízos graves no funcionamento; iniciação de interações sociais muito limitadas e resposta mínima a aberturas sociais (APA, 2013).

No que concerne ao critério de comportamento repetitivo/restrito, no Nível 1, o comportamento interfere com a função, há dificuldade para trocar de atividades e independência limitada por problemas com organização e planejamento; já no Nível 2, os comportamentos são suficientemente frequentes, sendo óbvios para observadores casuais; os comportamentos interferem com a função numa grande variedade de ambientes e pode haver aflição e/ou dificuldade para mudar o foco ou ação e no Nível 3, o comportamento interfere com a há função em todas as esferas; dificuldade extrema de lidar com mudanças e grande aflição/dificuldade de mudar o foco ou ação (APA, 2013).

As pessoas com transtorno do espectro autismo possuem diversas particularidades que claramente não serão alvo do presente trabalho, por outro lado, de forma sucinta o espectro do autismo, nas palavras de Gadia, Tuchman e Rotta:

Autismo não é uma doença única, mas sim um distúrbio de desenvolvimento complexo, definido de um ponto de vista comportamental, com etiologias múltiplas e graus variados de severidade. A apresentação fenotípica do autismo pode ser influenciada por fatores associados que não necessariamente sejam parte das características principais que definem esse distúrbio. Um fator muito importante é a habilidade cognitiva. As manifestações comportamentais que definem o autismo incluem déficits qualitativos na interação social e na comunicação, padrões de comportamento repetitivos e estereotipados e um repertório restrito de interesses e atividades. A grande variabilidade no grau de habilidades sociais e de comunicação e nos padrões de comportamento que ocorrem em autistas tornou mais apropriado o uso do termo transtornos invasivos do desenvolvimento (TID).¹

¹ GADIA, C. A.; TUCHMAN, R.; ROTTA, N. T. Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento. **Jornal de Pediatria**, v. 80, n. 2 (supl), 2004. p. S83. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0021-75572004000300011&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso em: 10 set 2018.

O transtorno afeta de forma diferente cada indivíduo e se mostra sobretudo na sua habilidade social e comunicação. De acordo com os especialistas o espectro é amplo e engloba desde indivíduos com pequena habilidade e social comunicativa, padrões de comportamento repetitivos e estereotipados e um repertório restrito de interesses e atividades até indivíduos que necessitam de auxílio para as atividades diárias mais elementares. Como bem observam Silva e Mulick:

[...] o processo diagnóstico não é tão simples quanto pode parecer à primeira vista. Além da grande diversidade de manifestação dos sintomas autísticos, existe também uma grande variedade em termos de quando criança começa a exibir cada um dos diferentes sintomas, bem como em termos do perfil desenvolvimental de cada criança e das comorbidades que podem estar presentes em diferentes casos.²

Essas manifestações podem causar prejuízo significativo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo com TEA, e não estão relacionadas a prejuízos na inteligência ou atraso global do desenvolvimento (APA, 2013). Sendo assim, desde 2012, com a promulgação da lei nº 12.764, também conhecida como Lei Berenice Piana, tema desta exposição, os indivíduos com TEA passaram a ser reconhecidos legalmente como pessoas com deficiência, sendo-lhes garantidos e assegurados direitos antes não existentes, como o acesso à educação e ao ensino profissionalizante, ao mercado de trabalho; à previdência e assistência social, além de ações e serviços de saúde, como atendimento multiprofissional (médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas-ocupacionais, nutricionistas etc.) e acesso a medicamentos. Segundo Leandro e Lopes (2017), esta lei resulta de uma longa caminhada e percorre os traçados contemporâneos da história da cidadania da pessoa com TEA.

2.1 CRITÉRIOS DE DIAGNÓSTICO PRESENTES NA LEI Nº 12.764

O próprio dispositivo legal (Lei nº 12.764) no seu art. 1º, parágrafo 1º, incisos I e II, estabelece os critérios para que uma pessoa seja considerada dentro do espectro autista e, por conseguinte, pessoa com deficiência, *in verbis*:

² SILVA, M.; MULICK, J. A. Diagnosticando o Transtorno Autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicol. cienc. prof.**, v. 29, n. 1, 2009. p. 123. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932009000100010&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso em: 12 set 2018.

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.³

Diante dos critérios diagnósticos expostos anteriormente, é possível observar e traçar um paralelo entre eles no sentido de uma unificação para a efetiva e justa aplicação da Lei Berenice Piana. É de relevante necessidade a adoção de critérios claros tendo em vista a aplicação do dispositivo, bem como a socialização dessas pessoas no ambiente escolar e na comunidade. A de se entender que o diagnóstico e consequentemente o acesso ao tratamento adequado é talvez o maior desafio a ser alcançado pela Lei nº 12.764, num país de dimensões e continentais e sistema de saúde precário, a dificuldade já começa antes, no diagnóstico preciso, para encontrar outras grandes barreiras na efetiva aplicação da legislação.

Além de todos os desafios encarados para o efetivo cumprimento da Lei e produção de seus resultados, a falta de diagnóstico adequado de grande parte das pessoas com TEA é outro problema enfrentado quando se fala em inclusão e socialização, como observa Juliane Silveira:

Estima-se que 90% dos brasileiros com autismo não tenham sido diagnosticados. Falta informação: nunca foi feita campanha de conscientização no país", diz o psiquiatra Estevão Vadasz, coordenador do Programa de Transtornos do Espectro Autista do Instituto de Psiquiatria do HC de São Paulo.⁴

No entanto, no inciso VI do Art. 2º da Lei nº 12.764, destaca a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações. Trata-se exatamente da preocupação do especialista supracitado, a falta de informação sobre a síndrome provoca e provocou grandes

³ BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, 2012. p. 1. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm>. Acesso em: 15 set 2018.

⁴ SILVEIRA, J. Cerca de 90% dos brasileiros com autismo não recebem diagnóstico. **UOL**, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2013/04/02/estima-se-que-90-dos-brasileiros-com-autismo-nao-tenham-sido-diagnosticados.htm>> Acesso em: 08 out 2018.

equívocos no tratamento. É um consenso entre a comunidade científica de que o tratamento deve ser iniciado o mais breve possível, pois o desenvolvimento, bem como a possibilidade de melhora de rendimento é significativamente superior quando do diagnóstico e tratamento precoce.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva pode ser entendida como o sistema que abriga todos os estudantes independentemente de suas características pessoais promovendo a integração e eliminando as barreiras que sobrepõe em virtude de condições físicas, sociais, étnica ou de ordem econômica. O fundamento máximo da educação inclusiva no nosso ordenamento jurídico está no artigo 205 da Constituição que de forma central e de suma importância, dispõe sobre a garantia de educação para todos, esclarecendo que não é possível que seja feita qualquer distinção em absoluta consonância com o art. 5. Entretanto, de forma mais específica, o cuidado para inserção e promoção da educação inclusiva também está no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no Plano Nacional de Educação, Na Lei Berenice Piana e no Estatuto da pessoa com deficiência. A respeito do tema Osmar Fávero entende a Educação inclusiva como aquela:

[...] que apoia e acolhe a diversidade entre todos os estudantes. Seu objetivo é eliminar a exclusão social, que é consequência de atitudes e respostas à diversidade de raça, classe social, etnia, religião, gênero e habilidade.⁵

No caso da criança com transtorno do espectro autista, a inclusão se torna mais importante em virtude de suas dificuldades de interação, dessa forma, a inserção dessas crianças no ambiente escolar é essencial para o seu desenvolvimento. Sobre a importância da educação inclusiva Luiz Alberto David Araújo escreve:

Não é a falta de um membro, nem visão ou audição reduzidas. O que caracteriza a pessoa portadora de deficiência é a dificuldade de se relacionar, de se integrar na sociedade. A deficiência, há de ser entendida

⁵ FÁVERO, O. et al. **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009, p. 11. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184683por.pdf> >. Acesso em: 28 de setembro de 2018.

levando-se em conta o grau de dificuldade para integração social e não apenas a constatação de uma falha sensorial ou motora, por exemplo.⁶

3.1 GARANTIAS

A Lei nº 12.764 de dezembro de 2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e as garantias, de forma específica para o seu cumprimento. Também conhecida como Lei Berenice Piana é sem dúvida um marco no que tange a proteção das pessoas com transtorno do espectro autista.

O dispositivo vai muito além de meramente estabelecer diretrizes para a proteção dessas pessoas, em seu parágrafo segundo ele iguala a pessoa com transtorno de espectro autista como pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais:

“§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”.

A lei 12.764 a partir do seu artigo Art. 3º elenca uma série de direitos que são inerentes às pessoas com transtorno de espectro autista, importante destacar que grande parte destes já estavam positivados na própria constituição da República e na legislação constitucional e posteriormente a Lei 12.764 na Lei 13.146/2015 (Estatuto da pessoa com deficiência). *in verbis*:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:
I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:
a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;
b) o atendimento multiprofissional;
c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
d) os medicamentos;
e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;
IV - o acesso:
a) **à educação e ao ensino profissionalizante**; [...]

⁶ ARAUJO, L. A. D. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. Brasília: CORDE, 1994, p. 24. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/a-protecao-constitucional-das-pessoas-com-deficiencia_0.pdf>. Acesso em: 28 de setembro de 2018.

c) ao mercado de trabalho; [...]

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2o, terá direito a acompanhante especializado. **(grifei)**⁷

De importante destaque é o parágrafo único da Lei 12.764, dispõe que em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista terá direito a um acompanhante especializado nas classes comuns de ensino regulares de ensino. O dispositivo em destaque certamente é um grande passo rumo a uma educação inclusiva e inserção comunitária de pessoas com a síndrome. Antes da Lei, as pessoas com autismo não dispunham de legislação específica para que tivesse os seus direitos de acesso à educação assegurados e o acompanhante especializado é um exemplo disso, visto que não estava previsto em legislação anterior.

Apesar da previsão legal é sabido que boa parte das pessoas com TEA só conseguem a efetiva dos seus direitos recorrendo ao poder judiciário e depois da promulgação da lei é possível observar relevante número de pessoas que recorreram ao judiciário. Entretanto, antes da edição da Lei 12.764 Flávia Piovesan apud Santos (2014, p.10), observou essa tendência constitucional de ampliação e garantia de direitos, inserindo a dignidade da pessoa humana como fundamentos da República Federativa do Brasil. A saber:

Quando o constituinte de 1988 ampliou o conceito de cidadania, inserindo a dignidade da pessoa humana, bem como o valor social do trabalho e a livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil, o fez visando a garantia do desenvolvimento do Estado brasileiro. Logo no artigo 3 da Carta Política de 1988 nós podemos observar uma nítida preocupação do constituinte originário quando dispôs os objetivos a serem alcançados pelo Estado que a partir dali estava surgindo: Estado Democrático de Direito. Todas essas finalidades do Estado brasileiro encontram a base de sustentação nas disposições constitucionais seguintes: direitos fundamentais, tributação e orçamento, ordem social. Se o estado deseja construir uma sociedade livre, justa e solidária (artigo 3, inciso I, da Lei das Leis), ele precisa de mecanismos suficientes para implementar esse objetivo. Esses mecanismos se consubstanciam nas políticas econômicas e sociais desenvolvidas pelo Estado que visam proteger a vida, proibindo, para tanto, os tratamentos de tortura, desumanos ou degradantes, primando pela liberdade e igualdade dos seres humanos. Fazendo isso, o Estado

⁷ BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; e altera o § 3o do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, 2012. p. 2. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm>. Acesso em: 15 set 2018.

estará promovendo a inclusão social. Dessa forma, se a pessoa tem acesso à educação, à saúde, à moradia, à alimentação, ao lazer, à assistência social, à previdência social, esse ser humano não verá restrição aos seus direitos e, por conseguinte, terá sua liberdade de atuação garantida. a liberdade, neste caso, está diretamente relacionada com o desenvolvimento, seja ele qual for.⁸

3.2 PRINCÍPIO DA IGUALDADE

A Constituição Federal de 1988 determina em seu artigo 5º caput, sobre o princípio constitucional da igualdade, perante a lei, nos seguintes termos:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”.⁹

O chamado sentido formal do Princípio da igualdade foi estabelecido no artigo 5º caput, da Carta Magna de 1988. Ao assegurar que “todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza”, o dispositivo legal traz uma um princípio que está presente em todas as Constituições desde o Império, no sentido de reafirmar de forma claro e objetiva que a Lei maior, e em decorrência as leis a ela subordinadas, não farão qualquer distinção. Nas palavras do professor José Afonso da Silva:

Nossas constituições, desde o Império, inscreveram o princípio da igualdade, como igualdade perante a lei, enunciado que, na sua literalidade, se confunde com a mera isonomia formal, no sentido de que a lei e suas aplicações tratam a todos igualmente, sem levar em conta as distinções de grupos. A compreensão do dispositivo vigente, nos termos do art. 5º, caput, não deve ser assim tão estreita. O intérprete há que aferi-lo com outras normas constitucionais, conforme apontamos supra e, especialmente, com as exigências da justiça social, objetivo da ordem econômica e da ordem social. Considerá-lo-emos como isonomia formal.¹⁰

⁸ SANTOS, B. G. **A garantia do Direito à Educação da Criança Autista**. 2014. p.10. Artigo TCC (Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais). PUC-RS, Porto Alegre. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2014_1/bianca_santos.pdf> Acesso em: 24 set 2014.

⁹ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. p. 5.

¹⁰ SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 217.

O professor alerta para uma compreensão mais abrangente do dispositivo em análise. Se faz necessária uma interpretação conjunta com outras normas constitucionais, com atenção especial para necessidade da justiça social, o tratamento igualitário vai muito além de simplesmente dar igualdade de oportunidades, é preciso especial à diversidade de características que cada um podem apresentar, fazendo com a interpretação deste princípio seja mais extensa do que uma mera igualdade de oportunidades.

Sobre a imprescindibilidade de proteger de forma especial determinados grupos, David Araújo e Nunes Jr. apud Pedro Lenza expõe:

“O constituinte tratou de proteger certos grupos que, a seu entender mereciam tratamento diverso. Enfocando-os a partir de uma realidade histórica de marginalização social ou hipossuficiência decorrente de outros fatores, cuidou de estabelecer medidas de compensação, buscando concretizar, ao menos em parte, uma igualdade de oportunidades com os demais indivíduos que não sofreram as mesmas espécies de restrições”.¹¹

De acordo com o autor, o constituinte deu relevante atenção a alguns grupos, que no seu entender, mereciam tratamento diverso e para isso chama atenção para uma realidade histórica. O Brasil é historicamente um país com grupos privilegiados em detrimento de outros, os 300 anos de escravidão, as pessoas com deficiência são apenas dois de vários exemplos que podem ser citados. Ainda de acordo com o autor, ao estabelecer providências de equilíbrio a Carta Magna de 1988, procura efetivar a tão almejada igualdade de oportunidades levando-se em conta que determinados grupos de indivíduos não foram expostos ao mesmo tipo de intempéries que outros.

3.2.1 Igualdade de condições para pessoas com deficiência

O legislador deixa claro em diversos dispositivos da carta Magna a proteção das pessoas com deficiência. É possível em diversos artigos a cautela do legislador constituinte na proteção inserção destes no sistema de educação, no mercado de trabalho, na garantia de direitos previdenciários e etc. Nesse sentido o art. 208 e seus incisos III e IV:

¹¹ LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 10. ed. São Paulo: Editora Método, 2006. p. 134.

Art. 208. O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.¹²

O inciso III é enfático na garantia de atendimento especializado aos portadores de deficiência na rede regular de ensino. Aqui temos uma clara intenção de socialização e inclusão dessas crianças na comunidade e no ambiente escolar regular. A educação é antes de tudo um direito fundamental garantido pela Constituição de 1988, está positivado e o Estado é o responsável por garantir que ele seja alcançado não só nos níveis iniciais, mas também nos ensinos técnicos e superior, segundo a capacidade de um como informa o inciso IV. Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel apud SANTOS (2014, p. 7), explica com clareza a questão:

O processo educacional visa a integral formação da criança e do adolescente, buscando seu desenvolvimento, seu preparo para o pleno exercício da cidadania e para ingresso no mercado de trabalho (art. 205 da CF). É direito fundamental que permite a instrumentalização dos demais, pois sem conhecimento não há o implemento universal dos direitos fundamentais. A ignorância leva a uma passividade generalizada que impede questionamentos, assegura a manutenção de velhos sistemas violadores das normas que valorizam o ser humano e impede o crescimento do ser humano e conseqüente amadurecimento da nação. [...] Educação é direito de todos, sem distinção. Assegurá-lo é dever dos pais, através da matrícula dos filhos na rede de ensino; dever da sociedade, fiscalizando os casos de evasão ou de não ingresso na escola através do Conselho Tutelar, dos profissionais de educação ou qualquer outro meio e, principalmente, dever do poder público, mantendo uma oferta de vagas que permita o livre e irrestrito acesso à educação. Caso a rede pública não seja suficiente para absorver toda a demanda, caberá ao poder público custear o ensino na rede privada através de um sistema de bolsas de estudos, como autorizado pelo artigo 213, §1 da Constituição Federal. O que não se pode admitir é a violação do direito à educação sob a justificativa da insuficiência de vagas. É negar a eficácia à norma constitucional.¹³

É dever do Estado garantir educação inclusiva e de qualidade, entretanto o Art. 227 da Constituição Federal deixa claro o dever da família e da sociedade

¹² BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. p. 44.

¹³ SANTOS, B. G. **A garantia do Direito à Educação da Criança Autista**. 2014. p. 7. Artigo TCC (Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais). PUC-RS, Porto Alegre. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2014_1/bianca_santos.pdf> Acesso em: 24 set 2014.

assegurar às crianças e adolescentes dentre outros direitos a educação sempre preferencialmente na rede pública, evidentemente quando não se tem vagas na rede pública fica obrigado o poder pública a arcar com os custos em estabelecimento privado, não podendo se furtar do dever constitucional baseado no argumento da falta de vagas.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.¹⁴

Na mesma linha de pensamento anteriormente demonstrada, Thales Tácito Luz de Pádua afirma:

O direito à educação é direito público subjetivo, ou seja, esse direito deve ser entendido como direito de acesso efetivo à educação. A criança tem direito à escola próxima à sua residência – cabe ao MP, por exemplo, ajuizar ação civil pública contra o Estado ou Município não para construir ou mudar a escola de lugar, mas para não limitar o acesso efetivo da criança à escola.¹⁵

A constituição com os seus princípios e direitos fundamentais e a legislação infraconstitucional além de garantirem o direito ao acesso ao sistema de ensino adaptado e totalmente voltado ao atendimento das necessidades das pessoas com deficiência, têm sido mais específicas, sobretudo a legislação que trata especificamente do tema, quando se trata do aparelhamento com vistas em buscar o efetivo cumprimento e inclusão de pessoas com deficiência na comunidade e rede regular de ensino.

3.3 PUNIÇÃO ADMINISTRATIVA PARA GESTOR ESCOLAR PELO CUMPRIMENTO DA LEI

O art. 7 da Lei 12.764 prevê punições de caráter administrativo para o gestor escolar ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno

¹⁴ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. p. 47.

¹⁵ CERQUEIRA, T. T. P. L. P. **Manual do Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Premier Máxima, 2005. p. 172.

do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, sendo, neste último sentido mais específica que o estatuto da pessoa com deficiência. Nas palavras de Bruno Galindo:

A Lei 12.764/2012 (Lei do Autismo) também prevê punições de caráter administrativo e a Lei 13146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão), além de corroborar com todo o arcabouço legal anteriormente previsto, estende algumas obrigações pertinentes ao setor privado de ensino e deixa clara a impossibilidade de se cobrar adicionais para o cumprimento dessas obrigações, principalmente nos arts. 28 e 30. Esta última Lei ainda previu período de *vacatio legis* de 180 dias, no intuito de permitir, dentre outras coisas, que durante esse tempo as escolas particulares pudessem se adaptar à nova legislação. Ressalte-se ainda que esses dispositivos legais basicamente conferem aplicabilidade ao art. 24 da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, estipulando que a obrigação de receber alunos com deficiência é de todas as escolas participantes do sistema educacional brasileiro, sejam elas públicas ou privadas.¹⁶

O dispositivo legal vai além de prever e fixa essas punições administrativas e traz a possibilidade de sanção definitiva nos casos de reincidência, observados o processo administrativo, ampla defesa e contraditório.

“Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.”

§ 1º Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo.¹⁷

A negativa do gestor escolar ou autoridade competente a matrícula de pessoa com transtorno do espectro autista não pode se basear na mera falta de vagas ou até mesmo na falta de atendimento especializado, uma vez que a jurisprudência tem entendido que os motivos acima não são suficientes para os entes públicos se furtarem a responsabilidade da educação inclusiva. A análise jurisprudencial será feita em capítulo específico sobre o tema.

¹⁶ GALINDO, B. A inclusão veio para ficar: o direito antidiscriminatório pós-ADI 5357 e a educação inclusiva como direito da pessoa com deficiência. **Direito e Desenvolvimento**, v. 7, n. 13, 2016. p.49. Disponível em: <<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/300/282>>. Acesso em: 17 set 2018.

¹⁷ BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, 2012. p. 3. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm>. Acesso em: 15 set 2018.

3.4 ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA LEI 13.146

Quando tratamos do tema proteção e direito à educação da pessoa com deficiência, a primeira referência, que pode ser considerada um avanço ainda que de forma discreta, é a Emenda N.1 na constituição de 1967 que cita a “educação dos excepcionais” que viria a ser a primeira referência.

Continuando no histórico Constitucional, têm-se a Emenda n.12 que asseverou:

“É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante:

I - Educação especial e gratuita;

II - assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país;

III - proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;

IV - possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos. **(grifei)**¹⁸

Essas foram duas inovações constitucionais que vieram antes da Carta Magna de 1988. A partir da Constituição de 1988 se inaugura um novo tratamento às pessoas com deficiência com o estabelecimento de princípios basilares como o princípio da dignidade da pessoa humana (art.1, III), Igualdade (art.5), da garantia de educação para todos (art. 205) e igualdade de condições e permanência na escola (art.206, I). Esses princípios servem e serviram de base para toda legislação posterior no tange a educação de pessoas com deficiência.

O art. 208 da Constituição da república é muito mais específico ao tratar do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, transcrito a seguir em sua literalidade:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

(...) III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Em consonância e de forma complementar ao disposto na Carta Magna, O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90) dispõe: “Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: (...)”

¹⁸ BRASIL. Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978. Assegura aos Deficientes a melhoria de sua condição social e econômica. Brasília, DF, 1978. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc12-78.htm>. Acesso em: 15 set 2018.

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Se tratando de lei mais específica a Lei n. 8.069/90 vai além e torna obrigatória a matrícula das crianças por pais e responsáveis, conforme o art. 55 do referido dispositivo legal: “Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.”¹⁹

O Decreto n. 3.298/99 se situa na mesma temática ao regulamentar a aplicação da Lei n. 7.853/89. asseverando no seu artigo 2 sobre a obrigação do Poder público de “assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social.”²⁰ Já o seu artigo 24 trata da forma prioritária, a matrícula compulsória em cursos regulares, a inclusão no sistema educacional, a oferta obrigatória de educação especial, bem como todos os outros benefícios que os alunos regulares recebem, evidentemente de forma adaptada às necessidades de cada estudante (BRASIL, 1999).

Sobre a garantia de um sistema educacional inclusivo, todas as nuances e requisitos necessários para os atendimentos as pessoas com deficiência e nelas incluídas obviamente as pessoas com TEA, Luiz Antônio Miguel Ferreira escreve:

A educação inclusiva requer, na verdade, um SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO, compreendendo todas as ações a serem desenvolvidas para que as pessoas com deficiência possam exercer seu direito à educação, por exemplo:

- 1- Fornecimento de transporte adaptado;
- 2 - Escola sem barreiras arquitetônicas, adequada às condições de acessibilidade;
- 3 - Qualificação dos funcionários da escola, com capacitação para prestar atendimento adequado às crianças e adolescentes com deficiência;
- 4 - Capacitação do corpo docente para facilitar a comunicação, aprendendo o básico da língua de sinais, bem como o braile e o soroban;
- 5 - Realização de atividades de sensibilização e conscientização, promovidas dentro e fora da escola a fim de eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos, e estimular a convivência com alunos que tenham as mais diversas características.²¹

¹⁹ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. p. 44.

²⁰ BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1999. p. 1. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 15 set 2018.

²¹ LEITE, F. P. A.; RIBEIRO, L. L. G.; COSTA FILHO, W. M. **Comentários ao Estatuto da pessoa com deficiência**. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. 486 p.

Resta claro que o Estatuto da pessoa com deficiência assume estratégias e posturas que visam garantir o cumprimento do princípio da igualdade outrora citado neste mesmo capítulo.

De suma importância é determinar como se dá e o que se entende por inclusão ou educação inclusiva. Nas palavras de Oliveira, Rocha e Figueirol, “a inclusão pode ser entendida como um princípio filosófico que preconiza a convivência das diversidades, pressupondo que as diferenças são constituintes do ser humano e caracterizam-se como a maior riqueza da vida em sociedade.”²²

De fato, a República Federativa do Brasil é marcada pelas singularidades e ao tratar da inclusão de pessoas com deficiência nada mais justo que a construção de condições que possibilitem a adaptação, bem a inserção e paridade de oportunidades para pessoas com deficiência. E não resta dúvidas que esse inserção e adaptação passa pela garantia de um sistema educacional inclusivo que possibilite plenas condições para que pessoas com deficiência tenham plenas condições e acesso ao sistema educacional.

O parágrafo único do art. 27 da Lei n. 13.146/2015 elenca os responsáveis por garantir a educação às pessoas com deficiência: “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência”.²³ Nas palavras de Luiz Alberto David Araújo:

Não traz esse dispositivo legal nenhuma novidade, pois a própria Constituição, bem como outros ordenamentos jurídicos, já deliberou a respeito do assunto. Diz a Constituição Federal em seu art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.²⁴

Resta claro que além de não haver nenhuma mudança ao que dispõe a Constituição da República, O parágrafo único do art. 27 da Lei n. 13.146/2015 veio para, com base no princípio da especialidade, determinar as responsabilidades

²² OLIVEIRA, D. E. M. B.; ROCHA, M. S.; FIGUEIROL, M. M. T. Educação inclusiva: concepções teóricas e relato de experiência. In: MARQUEZINE, M. C. et al. (Org.). **Inclusão**. Londrina: EDUEL, 2003, p. 33.

²³ BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 15 set 2018.

²⁴ ARAUJO, L. A. D. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. Brasília: CORDE, 1994, p. 24. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/a-protecao-constitucional-das-pessoas-com-deficiencia_0.pdf>. Acesso em: 28 de setembro de 2018.

conjuntas no que tange a educação da pessoa com deficiência. A iniciativa de divisão das responsabilidades, tanto do Art. 205 da Constituição quanto do O parágrafo único do art. 27 da Lei n. 13.146/2015, são de relevante importância para o efetivo e correto funcionamento de uma política inclusiva de educação. De pouca efetividade sofreria um sistema que não obriga a participação da família com meio garantidor da frequência e inserção de crianças nas escolas.

A partir do Art. 28 da Lei n. 13.146/2015 temos uma explicação de forma pormenorizada da atuação do Estado para a garantia da educação de pessoas com deficiência. Ao tratar do tema Luiz Alberto David Araújo, afirma:

É certo que a Constituição Federal (art. 208), o Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 54) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 4o) já estabelecem as obrigações do Estado quanto à educação de uma maneira geral. Agora, a legislação trata de forma específica essa obrigação em relação à pessoa com deficiência e aponta que o dever do Estado será amplo no sentido de assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar essa educação.²⁵

De forma clara e objetiva temos mais uma vez no inciso I do Art. 28 da Lei n. 13.146/2015, um reforço ou reiteração de a criação e estabelecimento de um sistema inclusivo em todos os níveis de educação que facilite e promova a inserção das pessoas com deficiência por todas as suas vidas: “I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.” No inciso II é tratado o aprimoramento dos sistemas educacionais, em busca de proporcionar amplas condições de acesso e permanência desses estudos nas instituições de ensino, sempre tocando baseando esse esforço na educação inclusiva.

O inciso III do Art. 28 da Lei n. 13.146/2015 vai além ao traçar a forma que essa educação inclusiva deve ser feita:

“III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o

²⁵ ARAUJO, L. A. D. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. Brasília: CORDE, 1994, p. 24. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/a-protecao-constitucional-das-pessoas-com-deficiencia_0.pdf>. Acesso em: 28 de setembro de 2018.

seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia."²⁶

A criação de projeto pedagógico para institucionalização do atendimento às pessoas com deficiência, a adaptação dos serviços para atender cada um dentro suas particularidades presentes de forma taxativa no inciso acima, decorre claramente do princípio constitucional da igualdade já explicado outrora neste trabalho. O dispositivo, forma clara, versa sobre a possibilidade e o acesso em condições de igualdade na busca da tão importante autonomia das pessoas com deficiência.

Destarte, a real inclusão encontra importantes barreiras, a legislação nova, a sua aplicabilidade reduzida e o difícil alocamento de recursos públicos para sua efetiva realização. Portanto, apesar de existir amparo legal até anterior ao dispositivo supracitado, a prática se mostra demasiadamente diferente. Só quando do efetivo cumprimento dos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, bem como a vontade política, esta com grande carga subjetiva, é que será possível observar o início do verdadeiro cumprimento e respeito aos precedentes.

O inciso IV do art. 28 da Lei n. 13.146/2015 traz a necessidade de “oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.”²⁷ De extrema importância para socialização e inclusão de pessoas com deficiência auditiva na escola e na comunidade.

3.4.1 Condutas a serem desempenhadas pelo Estado

Nos incisos V e VI do art. 28 da Lei n. 13.146/2015, são descritas as condutas que o Estado deve desempenhar para a realização das políticas descritas nos incisos anteriores. Sobre o dispositivo em análise Luiz Antônio Miguel Ferreira escreve:

É certo que a Lei n. 7.853/89 (art. 2o, parágrafo único, IV, c), o Decreto n. 3.298/99 (art. 11, VI), o Decreto n. 10.098/2000 (art. 21, I) e a Convenção

²⁶ BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 15 set 2018.

²⁷ BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 15 set 2018.

sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (art. 4º, 1, f e g) trataram da necessidade da elaboração de pesquisas que envolvam a melhoria das condições de vida da pessoa com deficiência, inclusive no aspecto educacional, de forma que esse dispositivo do Estatuto da Pessoa com Deficiência não apresente grandes novidades. Porém, o importante é que se concretize.²⁸

O inciso VII do art. 28 da Lei n. 13.146/2015 vai além ao estabelecer que para a verdadeira inclusão da pessoa com deficiência é necessário, um planejamento de estudo de caso, elaboração de plano de atendimento educacional especializado, organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade de recursos de tecnologia assistiva.

O inciso em estudo propõe uma individualização no tratamento partindo da necessidade das pessoas com deficiência de um programa que atenda às suas singularidades, visto a grande variedade e graus de deficiências que estes indivíduos podem apresentar. O estudo de caso funciona para mostrar as características individuais e como trata o dispositivo logo em seguida, a elaboração de um plano pedagógico voltado e totalmente adaptadas às suas particularidades e necessidades. Sobre o inciso VIII do art. 28 da Lei n. 13.146/2015, Luiz Antônio Miguel Ferreira escreve:

Conforme dispõe o inciso VIII do art. 28 da Lei n. 13.146/2015, a inclusão do aluno com deficiência deve ser vista dentro de um contexto amplo envolvendo também a efetiva participação da família, posto que é corresponsável pela efetivação do direito à educação. Nesse contexto, estabelece a lei a possibilidade de participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar. Seja em conselhos da escola ou em grêmios estudantis, deve o aluno, bem como sua família, ter a possibilidade de efetiva participação.²⁹

O engajamento e participação da família são de vital importância, aqui o Poder público divide a responsabilidade com a família para efetiva inserção de pessoas com deficiência na comunidade e programas escolares. A coparticipação da família é um meio pelo qual o Estado divide a responsabilidade, muitas vezes a proteção familiar torna-se um empecilho para efetiva inclusão na comunidade escolar, entretanto, o dispositivo não só inclui a família como a instrumentaliza

²⁸ LEITE, F. P. A.; RIBEIRO, L. L. G.; COSTA FILHO, W. M. **Comentários ao Estatuto da pessoa com deficiência**. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. 486 p.

²⁹ LEITE, F. P. A.; RIBEIRO, L. L. G.; COSTA FILHO, W. M. **Comentários ao Estatuto da pessoa com deficiência**. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. 486 p.

criando meios para a participação desta diminuindo os obstáculos encontrados no caminho da inclusão. O inciso IX do art. 28 da Lei n. 13.146/2015 determina:

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;³⁰

Mais uma vez o dispositivo legal trata da individualização do tratamento com vistas a uma efetiva inserção partindo do pressuposto de que estudantes com deficiência têm, em sua maioria, desenvolvimento diversificado, sendo assim, o dispositivo em exame busca melhorar o tratamento de cada estudante levando em conta as suas particularidades e desafios na sua concreta inserção no ambiente educacional e comunitário.

O inciso X trata das práticas pedagógicas inclusivas e programas de desenvolvimento e formação continuada de professores, oferta de educação continuada para o atendimento educacional especializado. De evidente relevância este dispositivo por adentrar na forma em que os educadores serão capacitados de forma a tender as demandas altamente específicas das pessoas com deficiência que ingressam no sistema educação.

O dispositivo em exploração tem a clara intenção de integralizar outras políticas já determinadas em incisos anteriores dando condições e ferramentas para a efetiva formação continuada de professores. Nos incisos XI, XII e XIII, de forma mais específica continuam essa instrumentação e adoção de práticas para a formação continuada e especializada como determina:

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas.³¹

³⁰ BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 15 set 2018.

³¹ BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 15 set 2018.

A oferta de ensino de Libras, do sistema Braille, além do uso de recursos de tecnologia assistiva visam possibilidade condições adequadas para estudantes com características diferentes, permitindo assim a integração na escola e na comunidade. A lei prevê a disponibilização de tradutores e intérpretes de Libras, de guias intérpretes e profissionais de apoio para dar suporte.

São abundantes os incentivos a educação inclusiva no nosso ordenamento jurídico e jurisprudência, que será analisada em capítulo dedicado ao tema, o que demonstra uma forma mais acolhedora de se pensar em política educação, que frise-se, não é recente no Brasil, antes mesmo da constituição de 1988 já exista uma tendência ou preocupação em inserir as pessoas com deficiência no ensino regular para propiciar um melhor desenvolvimento e independência que são substancialmente melhorados com essa inclusão.

4 JURISPRUDÊNCIA

4.1 OLHAR DO JUDICIÁRIO

No ordenamento jurídico brasileiro são numerosos os casos de leis que são promulgadas em que os beneficiários necessitam recorrer ao judiciário para o seu efetivo cumprimento. Várias são as razões que contribuem para esse panorama, a tão alegada falta de recursos, a má administração, falta de zelo com o bem público, uma infinidade de motivos.

A falta de respeito à lei e descumprimento dos precedentes é abundante no ordenamento jurídico brasileiro e isso faz com que os favorecidos recorram ao judiciário para que tenham as suas pretensões, neste caso, direitos respeitados e cumpridos.

No que tange às leis que protegem as pessoas com deficiência o que se busca, de forma primordial e principal é a igualdade de tratamento. Essa igualdade tem se mostrado demasiadamente difícil de ser alcançada mesmo pensando nos avanços legislativos e jurisprudenciais. São crescentes a quantidade de famílias que precisam invocar o poder judiciário para desfrutarem de um direito assegurado constitucionalmente que o acesso à educação. É previsto constitucionalmente e em leis específicas, como nos casos do Estatuto da pessoa com deficiência e a Lei Berenice Piana, que trata-se de um dever dos entes públicos nas esferas municipal, estadual e federal cuidar para o efetivo acesso, em como garantir vagas na rede regular de ensino, quando não na pública, na rede privada de ensino de acordo com a necessidade e características individuais.

Sobre o prisma de garantias fundamentais, a forma que a questões encarada e analisada por parte dos tribunais brasileiros, além de uma leitura de que o legislador na carta Magna de 1988 teve uma intenção de proteger as pessoas com deficiência e é demonstradamente um marco nessa proteção, Flávia Piovesan ensina:

Por outro lado é louvável perceber que os Tribunais recorrem com mais frequência aos artigos da Constituição do que às normas federais e estaduais para fundamentar suas decisões. Este fato revela a força e o alcance da Constituição Federal de 1988 e corrobora as considerações anteriores, de que esta representou um marco na defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência. Indica, outrossim, que a argumentação de que tais normas seriam apenas programáticas é totalmente descabida,

detendo o intuito de esvaziar a força normativa da Constituição e seu potencial transformador.³²

A autora chama a atenção para o alcance da constituição de 1988 na garantia ao direito universal à educação para pessoas com deficiência, o que pode demonstrado de forma clara na jurisprudência analisada a seguir. Nesta é possível ver de forma clara e objetiva a aceitação das pretensões dos propositores das demandas relativas ao direito à educação com fulcro nos princípios basilares da constituição.

4.2 MATRÍCULA NO ENSINO REGULAR

Os pressupostos para a garantia da matrícula na rede regular de ensino são abundantes na legislação brasileira. Desde a carta magna que garante o acesso universal à educação como um dos direitos fundamentais, especificamente nos direitos sociais, até decretos e portarias do ministério da educação. Quando se fala em garantir a inclusão no ensino regular por meio da matrícula a Lei 12.764 garante isso no seu artigo Art. 7º.

Indo além da simples previsão de garantia a Lei prevê punições ao gestor escolar ou autoridade competente que por ventura recusa a matrícula de pessoas com espectro autista no ensino regular, a seguir:

Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.
§ 1º Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo.³³

É sabido que em muitos casos ingressar ao Poder judiciário se torna inevitável para se ter reconhecido um direito em previsto em tantos diplomas legais. Nessa acepção, se faz de extrema importância a atuação do ministério público na busca pelo efetivo cumprimento da constituição e legislação constitucional. Sobre a

³² PIOVESAN, F. **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo: Max Limonad, 2003. p. 314-315.

³³ BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, 2012. p. 3. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm>. Acesso em: 15 set 2018.

atuação do ministério público em análise de julgado do Tribunal de justiça de São Paulo, Grasielly de Oliveira Spínola trata:

A atuação do Ministério Público Paulista foi importante para se avançar na proteção dos direitos dos portadores de autismo naquele estado, pois utilizou-se dos procedimentos investigatórios cabíveis, produziu provas a embasar sua pretensão, utilizou-se da via adequada para implementar a política pública, que é a via coletiva, e atuou de forma incisiva para cessar os abusos do juízo de execução.³⁴

Dessa forma depreende-se que para o avanço na proteção dos direitos das pessoas com autismo além de mera previsão legal é necessário um trabalho conjunto que envolve a família, a comunidade, além da atuação do ministério público de forma a garantir essa inclusão.

4.2.1 Acolhimento de pessoas com deficiência no ensino regular (STF)

A suprema corte brasileira tratou do acolhimento de pessoas com deficiência no ensino regular no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5357. Nessa oportunidade, a instância máxima do nosso ordenamento jurídico considerou constitucionais as normas do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), no que trata da obrigatoriedade das escolas privadas acolherem e inserirem pessoas com deficiência no ensino regular, bem como a adaptação destes no ambiente escolar.

O relator, o ministro Edson Fachin analisou aspectos importantes como a necessidade e comprometimento demonstrado pelo legislador constitucional e da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, no acolhimento de pessoas com deficiência. Segundo o ministro:

Ao votar pela improcedência da ação, o relator salientou que o estatuto reflete o compromisso ético de acolhimento e pluralidade democrática adotados pela Constituição Federal ao exigir que não apenas as escolas públicas, mas também as particulares, devem pautar sua atuação educacional a partir de todas as facetas e potencialidades do direito fundamental à educação. “O ensino privado não deve privar os estudantes – com e sem deficiência – da construção diária de uma sociedade inclusiva e acolhedora, transmutando-se em verdadeiro local de exclusão, ao arrepio da ordem constitucional vigente”, afirmou.³⁵

³⁴ SPÍNOLA, G. O. Autismo: o ideal e o real na efetivação da decisão jurisdicional que implementa políticas públicas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 4, n. 1, 2014. p. 68. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/2756>>. Acesso em: 18 out 2018.

³⁵ Notícias do STF. Escolas particulares devem cumprir obrigações do Estatuto da Pessoa com Deficiência, decide STF. 2016. Disponível em:

A Ação Direta de Inconstitucionalidade foi proposta pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN) com fulcro no parágrafo primeiro do artigo 28 e no caput do artigo 30 da Lei 13.146/2015. Na sustentação da associação é alegada uma ofensa a vários dispositivos constitucionais como o artigo 208, inciso III, que determina que a obrigatoriedade seria estatal e de estabelecimentos privados, tese que como mostra o resultado da ADI não foi aceita na decisão majoritária da Suprema Corte.

Ao analisar o pedido, o ministro relator Edson Fachin sustentou as políticas públicas inclusivas que vem sendo adotadas desde a promulgação da Constituição, frisou ainda que a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência:

[...] tem entre seus pressupostos promover, proteger e assegurar o exercício pleno dos direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, foi ratificada pelo Congresso Nacional, o que lhe confere status de emenda constitucional.³⁶

De acordo com o ministro não é só dever do Estado promover a educação inclusiva como alegado na defesa feita pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), estando as instituições privadas também obrigadas legalmente a aceitarem e incluírem as pessoas com deficiência nos seus estabelecimentos de ensino. Nas palavras do relator: “Em suma: à escola não é dado escolher, segregar, separar, mas é seu dever ensinar, incluir, conviver.”³⁷

Da ementa do julgamento da ADI 5357 é possível analisar de forma pormenorizada os principais motivos e fundamentos do voto do ministro que foi seguido de forma majoritária pelos seus pares:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. LEI 13.146/2015. ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. ENSINO INCLUSIVO. CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. INDEFERIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR. CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 13.146/2015 (arts. 28, § 1º e 30, caput, da Lei nº 13.146/2015). 1. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência concretiza o princípio da igualdade como fundamento de uma sociedade democrática que respeita a dignidade humana. 2. À luz da Convenção e, por consequência, da própria Constituição da República, o ensino inclusivo em todos os níveis de

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=318570>>. Acesso em: 15 out 2018.

³⁶ Ibid., n.p.

³⁷ Ibid., n.p.

educação não é realidade estranha ao ordenamento jurídico pátrio, mas sim imperativo que se põe mediante regra explícita. 3. Nessa toada, a Constituição da República prevê em diversos dispositivos a proteção da pessoa com deficiência, conforme se verifica nos artigos 7º, XXXI, 23, II, 24, XIV, 37, VIII, 40, § 4º, I, 201, § 1º, 203, IV e V, 208, III, 227, § 1º, II, e § 2º, e 244. 4. Pluralidade e igualdade são duas faces da mesma moeda. O respeito à pluralidade não prescinde do respeito ao princípio da igualdade. E na atual quadra histórica, uma leitura focada tão somente em seu aspecto formal não satisfaz a completude que exige o princípio. Assim, a igualdade não se esgota com a previsão normativa de acesso igualitário a bens jurídicos, mas engloba também a previsão normativa de medidas que efetivamente possibilitem tal acesso e sua efetivação concreta. 5. O enclausuramento em face do diferente furta o colorido da vivência cotidiana, privando-nos da estupefação diante do que se coloca como novo, como diferente. 6. É somente com o convívio com a diferença e com o seu necessário acolhimento que pode haver a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, em que o bem de todos seja promovido sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Art. 3º, I e IV, CRFB). 7. A Lei nº 13.146/2015 indica assumir o compromisso ético de acolhimento e pluralidade democrática adotados pela Constituição ao exigir que não apenas as escolas públicas, mas também as particulares deverão pautar sua atuação educacional a partir de todas as facetas e potencialidades que o direito fundamental à educação possui e que são densificadas em seu Capítulo IV. 8. Medida cautelar indeferida. 9. Conversão do julgamento do referendo do indeferimento da cautelar, por unanimidade, em julgamento definitivo de mérito, julgando, por maioria e nos termos do Voto do Min. Relator Edson Fachin, improcedente a presente ação direta de inconstitucionalidade.³⁸

Além de todos os fundamentos jurídicos já apresentados o ministro destaca a importância do convívio e inserção das pessoas com deficiência no ambiente escolar e na comunidade o que tem sido uma constante na interpretação dos tribunais brasileiros a respeito do tema. Merece especial destaque o fundamento 6 da sua decisão, o ministro declara: “É somente com o convívio com a diferença e com o seu necessário acolhimento que pode haver a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.”³⁹ O que demonstra clara preocupação do tribunal com a promoção da igualdade sem qualquer tipo de preconceito com vista na promoção da efetiva inclusão.

Os demais ministros que acompanharam o voto do relator ressaltaram a importância da verdadeira promoção da igualdade, o ministro Luís Roberto Barroso destacou: “a igualdade como reconhecimento aplicável às minorias e a necessidade

³⁸ Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5357 MC-Ref, Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 09/06/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-240 DIVULG 10-11-2016 PUBLIC 11-11-2016)

³⁹ Ibid., n.p.

de inclusão social do deficiente”⁴⁰. Já a ministra Cármen Lúcia afirmou que “todas as formas de preconceito são doenças que precisam ser curadas”.⁴¹

A única divergência na ADI 5357 foi do ministro Marco Aurélio que defendeu que um acolhimento parcial seria necessário que o Estado fosse o garantidor do acesso à educação e não obrigando a iniciativa privada para que a intervenção estatal na iniciativa privada fosse a menor possível. Em trecho do voto: “O Estado [...] não pode compelir a iniciativa privada a fazer o que ele não faz porque a obrigação principal [...] quanto à educação. Em se tratando de mercado, a intervenção estatal deve ser minimalista”. Sobre o dever a responsabilidade solidária na educação o ministro continuou: “A educação é dever de todos, mas é dever precípua do Estado”, afirmou⁴².

Da análise da ADI 5357, fica clara a preocupação e empenho da suprema corte no sentido garantidor, socializador e de inclusão presente também em outros tribunais pátrios que na sua grande maioria decide no mesmo sentido, a inclusão das pessoas com deficiência na comunidade e principalmente no ambiente escolar.

4.3 DIREITO À MATRÍCULA

Além da suprema corte como foi analisado anteriormente, o acesso à educação também é tema cada vez mais recorrente nos tribunais brasileiros. Grande parte das pessoas com deficiência que recorrem ao Poder judiciários para terem as pretensões acolhidas o fazem em virtude da recusa de matrícula nas redes regulares de ensino, pela suposta falta de vagas nas escolas. A recusa também se dá, não raro, baseada na afirmação de não recursos ou profissionais especializados e capacitados para atenderem as necessidades das pessoas com deficiência, mais especificamente pessoas com transtorno do espectro autista.

Como dito anteriormente, de forma específica para as pessoas com transtorno do espectro autista, a Lei 12.764 garante a inclusão no ensino regular por

⁴⁰ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Notícias do STF**. Escolas particulares devem cumprir obrigações do Estatuto da Pessoa com Deficiência, decide STF. 2016. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=318570>>. Acesso em: 15 out 2018.

⁴¹ Ibid., n.p.

⁴² Ibid., n.p.

meio da matrícula no seu artigo Art. 7º Esta questão será analisada através um julgado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

No agravo interno em análise Desembargadora relatora Liselena Schifino Robles Ribeiro, examina pretensão de menor “portador de Epilepsia (CID G 40.9), retardo mental (CID 10 F71.1) e autismo infantil (CID 10 F84), com 07 anos de idade”. No caso em exame, o Município de Porto Alegre recorre por meio do agravo interno para se eximir da responsabilidade de fornecer vaga em estabelecimento de ensino especializado e tratamento multiprofissional para menor hipossuficiente: “genitora desempregada – fls. 39/42 e genitor auferir em média R\$ 1.400,00”. A relatora chama atenção para necessidade da criança receber atendimento especializado desde que comprovada a necessidade através de “laudos médicos apontam a necessidade de frequentar escola especial em turno integral”. Além de bases constitucionais, Lei 12.764 e Estatuto da Criança e do Adolescente, a relatora se vale de uma outra decisão do mesmo Tribunal, a ver:

[...] o eminente Des. José S. Trindade, “se a demanda de crianças é superior à oferta de vagas, e se não se pode inviabilizar o adequado atendimento com a superlotação das creches ou pré-escolas, que adote, o ente público, políticas eficientes para inserção dos menores em estabelecimento de ensino, quer comprando vagas na rede privada, quer destinando verbas para a construção de mais escolas e creches. O que não pode, certamente, é deixar de prestar um dever, antes de tudo, constitucional, mormente quando se está diante de crianças cujos pais necessitam trabalhar para sustentar a família e não têm com quem deixá-las”.⁴³

Dessa forma, a desembargadora relatora Liselena Schifino Robles Ribeiro, decidiu negar provimento ao agravo interno, no sentido de obrigar o município Porto Alegre e o Estado do Rio Grande do Sul a disponibilizarem vaga em turno integral para atender o menor em questão, não podendo se furtar à responsabilidade alegando falta de vagas no ensino regular público. Indo além e obrigando os entes a disponibilizarem vaga em creche particular e, “se para isso precisar custear despesas, como mensalidade e material escolar, que assim seja, pois somente

⁴³ BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. 8ª Câmara. Direito Processual Cível. Família. Antecipação de tutela. Ação de divórcio. Partilha. Aluguel. Impossibilidade. Agravo de Instrumento Nº 70018405464, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Ataídes Siqueira Trindade, Julgado em 25/06/2007.

desta forma estará cumprindo com suas obrigações decorrentes do texto constitucional.”⁴⁴

4.4 ACOMPANHANTE ESPECIALIZADO

A figura do acompanhante especializado é umas das inovações para proteção e inclusão das pessoas com transtorno do espectro autista. O parágrafo único do artigo Art. 3º é claro ao tratar: “Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.” De acordo com análise feita na jurisprudência é possível observar que os casos de comprovada necessidade que trata o parágrafo único são feitos através de atestados e laudos médicos, citado anteriormente no voto da desembargadora relatora Liselena Schifino Robles Ribeiro, no TJ-RS - AGV: 70058649922 RS, “laudos médicos apontam a necessidade de frequentar escola especial em turno integral.”⁴⁵ Consequentemente, passa-se a analisar o entendimento de dois Tribunais sobre o tema.

Ao examinar Agravo de Instrumento em Ação Civil pública, a relatora Maria Laura de Assis Moura Tavares, diminui a multa anteriormente decidida em desfavor do Estado de São Paulo, entretanto reconhece no reexame que a pretensão do autor tem amparo legal constitucional, a seguir:

No caso, ao menos nesta sede de cognição sumária, os argumentos apresentados pelo agravado demonstram de maneira satisfatória a probabilidade do direito invocado, já que o aluno padece de restrições de ordem psicológica e motora que justificam o acompanhamento por um professor auxiliar ou tutor, sem o qual dificilmente teria condições de continuar o seu desenvolvimento intelectual.⁴⁶

⁴⁴ BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. 7ª Câmara. ECA. Educação. Ensino infantil. Vaga em escola particular. Agravo nº 70058649922, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Julgado em: 26/02/2014. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/113745795/agravo-agv-70058649922-rs>>. Acesso em: 10 out 2018.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. 5ª Câmara. Ação Civil Pública. Tutela de urgência deferida para compelir a Fazenda Estadual a fornecer atendimento especializado através de um professor auxiliar ou tutor. Agravo nº 30011053420188260000, Quinta Câmara de Direito Público, Tribunal de Justiça de SP, Relator: Maria Laura Tavares, Julgado em: 28/08/2018. Disponível em: <<https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/619311619/agravo-de-instrumento-ai-30011053420188260000-sp-3001105-3420188260000/inteiro-teor-619311673?ref=serp>>. Acesso em: 10 out 2018.

Ao explorar o caso em tela, a relatora verifica a necessidade com base os documentos juntados nos autos, quais sejam, a matrícula em estabelecimento regular de ensino e os laudos médicos com os respectivos CID. A demora no acolhimento da demanda por parte do Poder Judiciário segundo a desembargadora, “[...] acarretar prejuízo irreparável ou de difícil reparação ao aluno, que permanecerá sem o auxílio pedagógico necessário ao seu desenvolvimento por longo período.” Dessa forma, diminuiu o quantum da multa diária, entretanto reconhecendo a pretensão do autor da demanda como pode ser observado a seguir na ementa da decisão:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – Ação Civil Pública – Tutela de urgência deferida para compelir a Fazenda Estadual a fornecer atendimento especializado através de um professor auxiliar ou tutor – Presentes a demonstração de probabilidade do direito invocado na demanda e a ocorrência de perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (caput do art. 300 do CPC de 2015)– Multa diária por descumprimento fixada em valor excessivo e muitas vezes superior ao postulado pelo agravado – Redução da astreinte para R\$ 500,00, limitada a R\$ 20.000,00 - Decisão parcialmente modificada - Recurso parcialmente provido.
(TJ-SP - AI: 30011053420188260000 SP 3001105-34.2018.8.26.0000, Relator: Maria Laura Tavares, Data de Julgamento: 28/08/2018, 5ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 28/08/2018)⁴⁷

Em outra decisão no mesmo sentido, a desembargadora Relatora Helda Lima Meireles da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro reconheceu a pretensão de garantia da educação por parte do Estado, em Agravo de Instrumento numa Ação de obrigação de fazer AI: 00268197620178190000, na figura de um mediador escolar, acompanhante especializado, assegurando a satisfação de um direito fundamental, a saber:

A função do Judiciário, sob este aspecto, objetiva impor a satisfação dos direitos fundamentais, exercendo o seu múnus de controle judicial dos atos e omissões administrativas, zelando apenas pelo cumprimento da Lei e das garantias asseguradas pela Constituição Federal.⁴⁸

O reconhecimento jurisprudencial evidenciados pelo entendimento da Suprema corte acima analisado, bem como de tribunais de diferentes regiões do

⁴⁷ Ibid., n.p.

⁴⁸ BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. 3ª Câmara. Ação de obrigação de fazer. Agravo nº 00268197620178190000, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RJ, Relator: Helda Lima Meireles, Julgado em: 02/08/2017. Disponível em:< <https://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/516809006/agravo-de-instrumento-ai-268197620178190000-rio-de-janeiro-campos-dos-goytacazes-vara-fam-inf-juv-ido/inteiro-teor-516809014>>. Acesso em: 10 out 2018.

país, evidenciam um novo olhar do judiciário que não é recente, visto que está previsto em legislação anterior mas de forma mais importante na Carta magna de 1988 e forma específica nas Lei 12.764 (Lei Berenice Piana) e no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), de forma a tornar mais efetivo a inclusão na rede pública de ensino, comunidade e em última instância na sociedade, representam um passo significativo para se falar em eficiente proteção do acesso à educação pelas com deficiência e dentro deste contexto, as pessoas com transtorno do espectro autista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho examinou os avanços e as mudanças legislativas e jurisprudências que ocorreram que ocorrem nos últimos anos que envolvem e tratam da garantia da educação inclusiva das pessoas com deficiência, mais especificamente, pessoas com transtorno do espectro autista (TEA). Para tal propósito, foi feita uma análise qualitativa e bibliográfica dentro do sistema jurídico brasileiro com base na interpretação das garantias constitucionais.

As questões tratadas vão além da mera educação inclusiva de pessoas com transtorno do espectro autista, a eficiente aplicação das garantias constitucionais e da legislação correlata visam o cumprimento de funções sociais, quais sejam, a igualdade, inclusão e não discriminação.

A educação inclusiva trata-se de um direito fundamental sedimentado no texto constitucional, entretanto, se fez necessária a promulgação de leis específicas para sua efetiva eficácia e aplicação.

Nesse sentido, este trabalho mostrou igualmente na jurisprudência uma tendência de unificação de decisões dos Tribunais nacionais, no sentido de garantir através de decisões a efetiva inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

Os fundamentos jurídicos demonstrados neste trabalho foram distribuídos didaticamente nos capítulos deste projeto e são eles: a Constituição de 1988 de forma primária e fundamental, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei 13.146), A Lei nº 12.764 (Lei Berenice Piana), o Estatuto da criança e do adolescente, além da jurisprudência dos principais Tribunais brasileiros. A ADI 5357 representa o olhar da Suprema Corte brasileira para efetivação dos direitos das pessoas com deficiência.

O tratamento dado ao tema evidencia a impetração legal perseguida neste trabalho, ao determinar que não só escolas públicas, mas também as privadas têm o dever de acolher e fornecer condições para a inserção de pessoas na rede regular de ensino com intuito inclusivo e socializador.

Pelo exame, ficou identificado que tanto o diagnóstico preciso, quanto o tratamento multiprofissional das pessoas com espectro do autismo está longe das condições ideais, mesmo com avanços no campo legislativo e decisões favoráveis

para o seu efetivo cumprimento. A efetivação e o cumprimento do que determina as garantias fundamentais da constituição cumprem o papel proposto pelo legislador constitucional de não fazer qualquer distinção e proteger as minorias de forma ampla e irrestrita.

Desta maneira, o que se espera deste trabalho é proporcionar uma maior visibilidade para a questão da educação da pessoa com transtorno do espectro autista, a falta de um diagnóstico adequado, um acompanhamento multiprofissional e que de alguma forma seja levado ao debate o verdadeiro papel do poder Público em consonância com a rede privada em garantir a inserção destas pessoas. Discutir o importante papel no judiciário como garantidor dos direitos quando estes não foram assegurador e exercidos como trata a Lei e de deveras otimista contribuir para a estabelecer uma maior e mais objetiva intervenção do Poder judiciário.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-III)**. 3th ed. Washington, DC: American Psychiatric Association, 1980.

American Psychiatric Association. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-III-R)**. 3th ed. Washington, DC: American Psychiatric Association, 1987.

American Psychiatric Association. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-IV)**. 4th ed. Washington, DC: American Psychiatric Association, 1994.

American Psychiatric Association. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5)**. 5th ed. Washington, DC: American Psychiatric Association, 2013.

ARAUJO, L. A. D. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. Brasília: CORDE, 1994, p. 24. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/a-protecao-constitucional-das-pessoas-com-deficiencia_0.pdf>. Acesso em: 28 de setembro de 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. 3ª Câmara. Ação de obrigação de fazer. Agravo nº 00268197620178190000, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RJ, Relator: Helda Lima Meireles, Julgado em: 02/08/2017. Disponível em: <<https://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/516809006/agravo-de-instrumento-ai-268197620178190000-rio-de-janeiro-campos-dos-goytacazes-vara-fam-inf-juv-ido/inteiro-teor-516809014>>. Acesso em: 10 out 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. 5ª Câmara. Ação Civil Pública. Tutela de urgência deferida para compelir a Fazenda Estadual a fornecer atendimento especializado através de um professor auxiliar ou tutor. Agravo nº 30011053420188260000, Quinta Câmara de Direito Público, Tribunal de Justiça de SP, Relator: Maria Laura Tavares, Julgado em: 28/08/2018. Disponível em: <<https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/619311619/agravo-de-instrumento-ai-30011053420188260000-sp-3001105-3420188260000/inteiro-teor-619311673?ref=serp>>. Acesso em: 10 out 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. 8ª Câmara. Direito Processual Cível. Família. Antecipação de tutela. Ação de divórcio. Partilha. Aluguel.

Impossibilidade. Agravo nº 70018405464, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: José Ataídes Siqueira Trindade, Julgado em: 25/06/2007. Disponível em: < <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/367499474/agravo-de-instrumento-ai-70070426390-rs/inteiro-teor-367499484> >. Acesso em: 10 out 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. 7ª Câmara. ECA. Educação. Ensino infantil. Vaga em escola particular. Agravo nº 70058649922, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Julgado em: 26/02/2014. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/113745795/agravo-agv-70058649922-rs>>. Acesso em: 10 out 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978**. Assegura aos Deficientes a melhoria de sua condição social e econômica. Brasília, DF, 1978. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc12-78.htm>. Acesso em: 15 set 2018.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1999. p. 1. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm >. Acesso em: 15 set 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, 2012. p. 3. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm >. Acesso em: 15 set 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 15 set 2018.

CERQUEIRA, T. T. P. L. P. **Manual do Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Premier Máxima, 2005. p. 172.

CHRISTENSEN, D. L. et al. Prevalence and characteristics of autism spectrum disorder among children aged 8 years --- Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 11 Sites, United States, 2012. **MMWR Surveill Summ.** v. 65, n. 3, 2016. p. 1-23. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27031587> > Acesso em: 16 set 2018.

FÁVERO, O. et al. **Tornar a educação inclusiva.** Brasília: UNESCO, 2009, p. 11. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184683por.pdf> >. Acesso em: 28 de setembro de 2018.

FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

GADIA, C. A.; TUCHMAN, R.; ROTTA, N. T. Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento. **Jornal de Pediatria**, v. 80, n. 2 (supl), 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0021-75572004000300011&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 10 set 2018.

GALINDO, B. A inclusão veio para ficar: o direito antidiscriminatório pós-ADI 5357 e a educação inclusiva como direito da pessoa com deficiência. **Direito e Desenvolvimento**, v. 7, n. 13, 2016. p.49. Disponível em: <<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/300/282>>. Acesso em: 17 set 2018.

GRINKER, R. R. **Autismo: um mundo obscuro e conturbado.** São Paulo: Larousse do Brasil; 2010.

LEITE, F. P. A.; RIBEIRO, L. L. G.; COSTA FILHO, W. M. **Comentários ao Estatuto da pessoa com deficiência.** São Paulo: Editora Saraiva, 2016. 486 p.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado.** 10. ed. São Paulo: Editora Método, 2006. p. 134.

LUGO, J; ALVIANI, M. El diagnóstico de la psicosis en adultos con trastornos del espectro autista. **Rev. Asoc. Esp. Neuropsiq.**, v.37 n.131, 2017.

LYALL, K.; SCHMIDT, R. J.; HERTZ-PICCIOTTO, I. Maternal lifestyle and environmental risk factors for autism spectrum disorders. **Int J Epidemiol.** v. 43, n.1, 2014. p. 443-64.

MACIEL, K. R. F. L. A. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e práticos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 6.

OLIVEIRA, D. E. M. B.; ROCHA, M. S.; FIGUEIROL, M. M. T. Educação inclusiva: concepções teóricas e relato de experiência. In: MARQUEZINE, M. C. et al. (Org.). **Inclusão**. Londrina: EDUEL, 2003, p. 33

PIOVESAN, F. **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo: Max Limonad, 2003. p. 314-315.

PIOVESAN, F.; SOARES, I. V. P. **Direito ao Desenvolvimento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 560-561.

SANTOS, B. G. **A garantia do Direito à Educação da Criança Autista**. 2014. 30p. Artigo TCC (Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais). PUC-RS, Porto Alegre. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2014_1/bianca_santos.pdf> Acesso em: 24 set 2014.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 217.

SILVA, M.; MULICK, J. A. Diagnosticando o Transtorno Autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicol. cienc. prof.**, v. 29, n. 1, 2009. p. 123. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932009000100010&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso em: 12 set 2018.

SILVEIRA, J. Cerca de 90% dos brasileiros com autismo não recebem diagnóstico. **UOL**, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2013/04/02/estima-se-que-90-dos-brasileiros-com-autismo-nao-tenham-sido-diagnosticados.htm>> Acesso em: 08 out 2018.

SPÍNOLA, G. O. Autismo: o ideal e o real na efetivação da decisão jurisdicional que implementa políticas públicas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 4, n. 1, 2014. p. 68. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/2756>>. Acesso em: 18 out 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Notícias do STF**. Escolas particulares devem cumprir obrigações do Estatuto da Pessoa com Deficiência, decide STF. 2016. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=318570>>.
Acesso em: 15 out 2018.